GESTÃO, CONTROLE E RESISTÊNCIA: UM ESTADO DA ARTE SOBRE ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO DISTRITO FEDERAL

Fabiana Alves de Carvalho[1], Rodolfo Santos Alves Almeida[2], Amanda Moura Badarane[3], Flomar Ambrosina Oliveira Chagas[4]

[1] Instituto Federal de Goiás/ fabiana.carvalho@se.df.gov.br
[2] Instituto Federal de Goiás/ rodolfo.almeida@academico.ifg.edu.br
[3] Instituto Federal de Goiás/ amanda.badarane@ifac.edu.br
[4] Instituto Federal de Goiás/ flomarchagas@gmail.com

Resumo: Este artigo apresenta um Estado da Arte acerca da produção acadêmica brasileira sobre escolas cívico-militares no Distrito Federal, a partir de teses e dissertações localizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Utilizaram-se os descritores "escola cívico-militar", "militarização" e "Distrito Federal", resultando em corpus composto por pesquisas defendidas entre 2022 e 2025, concentradas majoritariamente na Universidade de Brasília (UnB). O objetivo consistiu em mapear tendências temáticas, enfoques analíticos e categorias recorrentes presentes na produção científica sobre o tema. Metodologicamente, trata-se de pesquisa bibliográfica, documental e qualitativa, ancorada na perspectiva do Estado da Arte. Os resultados evidenciam três eixos centrais de análise: gestão escolar e tensões com a gestão democrática; mecanismos de controle disciplinar e padronização do cotidiano escolar; e formas de resistência protagonizadas por estudantes, profissionais da educação e setores da sociedade civil. Também se observa predominância de abordagens críticas ao modelo militarizado, especialmente quanto à interferência de corporações militares na autonomia pedagógica, nos processos avaliativos e nas relações escolares. Conclui-se que o Distrito Federal consolidou-se como importante *locus* empírico e analítico das pesquisas sobre militarização da educação pública, revelando contradições entre discursos de eficiência e práticas de controle institucional.

Palavras-chave: Escolas cívico-militares. Militarização da educação; Gestão democrática.

Introdução

Nas últimas décadas, especialmente a partir da segunda metade dos anos 2010, a militarização da educação pública tornou-se tema de crescente relevância no debate educacional brasileiro. A expansão de modelos de gestão escolar vinculados à atuação de corporações militares, seja por meio de colégios militares tradicionais, seja por programas de escolas cívico-militares e modalidades de gestão compartilhada, impulsionou controvérsias acerca dos limites entre educação pública civil, autoridade estatal e gestão democrática (Alves; Reis, 2021; Pimenta, 2025).

No Distrito Federal, esse debate assumiu contornos específicos. A implementação de escolas militarizadas na rede pública local inseriu a capital federal entre os principais cenários nacionais de experimentação desse modelo, em consequência, também se ampliou a produção acadêmica voltada à análise de seus efeitos políticos, pedagógicos e institucionais (Barros,

2022; Soares; Oliveira, 2022; Santos, 2023).

Embora parte do discurso público associe tais experiências à melhoria da disciplina escolar, da segurança e do desempenho acadêmico, diferentes pesquisas têm problematizado aspectos relacionados à autonomia pedagógica, à participação da comunidade escolar, à cultura avaliativa, à regimentação comportamental e ao controle cotidiano dos estudantes (Soares; Oliveira, 2022; Sousa, 2022). Em paralelo, emergem estudos que registram tensões, resistências e disputas em torno da escola pública como espaço democrático (Rocha, 2022; Pimenta, 2025).

Nesse contexto, este artigo busca responder à seguinte questão: o que revela a produção acadêmica sobre escolas cívico-militares no Distrito Federal no que se refere às dimensões de gestão, controle e resistência?

Parte-se da compreensão de que a análise das teses e dissertações produzidas sobre o tema permite identificar tendências interpretativas, categorias analíticas predominantes e lacunas ainda existentes no campo. Assim, objetiva-se mapear e analisar a produção científica localizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, tomando como foco trabalhos que abordam experiências do Distrito Federal.

Metodologia

O estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, desenvolvida na perspectiva do Estado da Arte. Conforme Romanowski e Ens (2006), esse tipo de investigação busca sistematizar e analisar a produção acadêmica sobre determinado tema, identificando recorrências, tendências e lacunas investigativas.

Para a composição do corpus, realizou-se busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES com os descritores “escola cívico-militar”, “militarização” e “Distrito Federal”. Foram incluídos trabalhos que: a) abordassem diretamente escolas cívico-militares, escolas militarizadas ou gestão compartilhada no Distrito Federal; b) fossem teses ou dissertações; e c) apresentassem texto completo disponível para consulta.

O corpus reuniu pesquisas defendidas entre 2022 e 2025, predominantemente vinculadas à Universidade de Brasília (UnB), especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Os trabalhos concentram-se em temas como gestão democrática, avaliação, currículo, conselho de classe, percepção estudantil e política educacional, evidenciando que a produção não se restringe à disciplina escolar, mas investiga repercussões da militarização sobre a organização institucional, as práticas pedagógicas e as relações sociais na escola.

Após a leitura dos títulos, resumos, palavras-chave e, quando necessário, de partes dos

textos completos, os estudos foram organizados em quatro categorias analíticas construídas *a posteriori*: gestão escolar e democracia; controle disciplinar e cotidiano escolar; resistência e disputas democráticas; e contradições jurídicas e pedagógicas. Também foi elaborado um quadro-síntese das produções mapeadas.

Resultados e discussões

Gestão escolar e militarização

A relação entre militarização e gestão escolar constitui um dos eixos recorrentes da produção analisada. Os estudos indicam que a presença militar não se restringe à dimensão simbólica ou administrativa, mas repercute nos processos decisórios, nas relações de autoridade, na autonomia pedagógica e na organização do trabalho escolar.

A gestão democrática, prevista na Constituição Federal de 1988, de 5 de outubro de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB (Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), pressupõe participação da comunidade escolar, valorização dos profissionais da educação, autonomia pedagógica e construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP). É nessa relação entre participação e hierarquia que se concentram algumas das principais tensões identificadas nas pesquisas.

Barros (2022) e Rocha (2022) convergem ao demonstrar repercussões da militarização sobre espaços historicamente associados à gestão democrática. Enquanto Barros identifica enfraquecimento da autonomia escolar e da construção compartilhada do PPP, Rocha analisa o conselho de classe e demonstra que instâncias colegiadas podem ser atravessadas por relações verticalizadas e pela centralidade atribuída à disciplina.

No campo da avaliação, Sousa (2022) e Soares e Oliveira (2022) evidenciam articulações entre processos avaliativos, responsabilização e conformidade comportamental. Nessas condições, a avaliação pode afastar-se de sua dimensão formativa e assumir função de regulação institucional, vinculando o trabalho pedagógico a mecanismos de controle e disciplinamento.

Outros estudos ampliam essa análise. Miranda (2022) identifica repercussões da militarização sobre o currículo e a organização pedagógica; Santos (2023), a partir das percepções estudantis, demonstra como normas, relações de autoridade e possibilidades de participação são vivenciadas no cotidiano; e Gomes (2021) destaca contradições entre a militarização de escolas públicas do Distrito Federal, os marcos normativos da gestão democrática e a autonomia pedagógica. Em conjunto, essas pesquisas mostram que a

militarização alcança diferentes dimensões da organização escolar.

Em escala nacional, Pimenta (2025) caracteriza o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) como modelo gerencial-militarizado pautado no comando, no controle e na vigilância, com interferência das corporações militares na gestão das escolas públicas. Esses resultados dialogam com Alves e Reis (2021), que, à luz da perspectiva freireana, consideram a militarização uma ameaça à gestão democrática, à autonomia pedagógica e aos espaços de atuação docente.

Embora existam particularidades entre as experiências analisadas, o conjunto da produção indica deslocamento de práticas participativas para estruturas mais centralizadas e hierarquizadas. A disputa em torno da gestão escolar revela, assim, projetos educacionais distintos: de um lado, a escola fundada na participação, na pluralidade e na construção coletiva; de outro, formas de organização orientadas pelo comando, pelo controle e pela obediência.

Controle disciplinar e cotidiano escolar

Outro eixo amplamente recorrente na produção acadêmica mapeada refere-se aos mecanismos de controle disciplinar instaurados ou intensificados nas escolas cívico-militares e demais experiências de militarização escolar. Embora o discurso oficial frequentemente mobilize expressões como ordem, disciplina, respeito e melhoria do ambiente escolar, os estudos analisados indicam que tais noções se materializam, no cotidiano, por meio de práticas de vigilância, padronização comportamental, regimentação estética e ampliação de sanções.

A tese de Pimenta (2025) oferece uma das formulações mais abrangentes sobre o tema ao sustentar que o PECIM engendrou modelo de gestão pautado no comando, no controle e na vigilância, buscando implementar regime disciplinar repressivo sobre estudantes. Para o autor, a militarização da educação básica integra movimento mais amplo de reprodução social e fortalecimento de racionalidades autoritárias no interior da escola pública.

Santos (2023), ao investigar percepções estudantis sobre escolas militarizadas, explicita no próprio título da dissertação — *"Isso é presídio, moço!"* — a associação feita por parte dos estudantes entre escola e espaço de confinamento disciplinar. O estudo revela que os sujeitos juvenis não apenas vivenciam as normas impostas, mas elaboram interpretações críticas sobre a rigidez institucional, a vigilância cotidiana e as restrições à liberdade escolar.

A literatura também evidencia que o controle disciplinar não se limita a episódios excepcionais de punição, mas se inscreve em rotinas ordinárias. Fiscalização de uniformes, exigências relativas ao corte de cabelo, postura corporal, modos de circulação, linguagem

empregada, cumprimento de comandos e formas de apresentação pessoal aparecem como dispositivos recorrentes. Tais mecanismos demonstram que a disciplina militarizada incide diretamente sobre os corpos e sobre a produção de comportamentos considerados adequados.

Nesse aspecto, o estudo sobre padronização estética e violência simbólica mostra que a militarização frequentemente ultrapassa a gestão administrativa e alcança identidades juvenis, expressões culturais e marcas de pertencimento social. Ao transformar aparência pessoal em objeto de intervenção institucional, a escola passa a regular dimensões subjetivas da experiência estudantil, naturalizando hierarquias e exigindo adesão cotidiana às normas.

As práticas avaliativas também surgem articuladas ao controle disciplinar. Sousa (2022), ao examinar avaliação em escola cívico-militar do Distrito Federal, demonstra que processos avaliativos podem ser atravessados por expectativas de conformidade, responsabilização e adequação comportamental. A avaliação, nesse contexto, tende a extrapolar a verificação da aprendizagem e a operar como tecnologia de regulação institucional.

De modo convergente, Soares e Oliveira (2022) identificam, em estudo sobre militarização e avaliação no Distrito Federal, que determinadas práticas avaliativas voluntárias podem reforçar relações de subserviência e conformação dos sujeitos. As autoras problematizam como o trabalho pedagógico pode ser reordenado por uma cultura institucional centrada em controle hierárquico e disciplina.

Rocha (2022), ao tratar do conselho de classe em escola militarizada, também contribui para essa discussão ao sugerir que instâncias pedagógicas colegiadas podem ser atravessadas por lógicas disciplinares. Quando a centralidade recai sobre comportamento e enquadramento normativo, espaços destinados à reflexão pedagógica tendem a perder densidade formativa.

Em plano mais amplo, Diehl (2024), ao analisar as escolas cívico-militares no Paraná, interpreta tais experiências como expressão de conservadorismo de Estado, no qual valores de autoridade, moralização e obediência são incorporados às políticas educacionais. O caso paranaense reforça que o controle disciplinar observado no Distrito Federal integra tendência nacional mais abrangente.

Germano (2008) demonstra que historicamente o discurso político autoritário no Brasil vinculou progresso à necessidade de ordem e de disciplinamento do corpo social, atribuindo às Forças Armadas papel educador da população. A reatualização contemporânea dessa matriz ajuda a compreender por que propostas militarizadas reaparecem como resposta simplificadora a problemas complexos da escola pública.

Importa ressaltar que disciplina escolar, em sentido pedagógico, não se confunde necessariamente com coerção. Em perspectivas democráticas, a disciplina pode resultar de pactos coletivos, responsabilidade compartilhada e construção ética da convivência. A própria tese de Pimenta (2025) aponta a necessidade de recomposição da gestão democrática por meio de uma disciplina escolar democrática, concebida como instrumento político-pedagógico coletivo de fortalecimento da escola pública.

Assim, o problema identificado na literatura não reside na existência de normas escolares em si, mas na substituição de processos formativos dialógicos por mecanismos predominantemente repressivos. Quando obediência passa a valer mais que participação, e conformidade mais que autonomia, a disciplina converte-se em controle.

Desse modo, o conjunto das pesquisas permite afirmar que, no Distrito Federal, a militarização redefine o cotidiano escolar ao deslocar o eixo da convivência educativa para a lógica da vigilância e da padronização. Mais do que organizar a escola, tais mecanismos tendem a produzir subjetividades ajustadas à hierarquia e à submissão normativa.

Resistência e disputas democráticas

Se gestão escolar e controle disciplinar aparecem como dimensões centrais da militarização, a produção acadêmica analisada também demonstra que tais processos não se instauram de forma linear, pacífica ou consensual. Ao contrário, as teses e dissertações mapeadas revelam múltiplas formas de resistência e disputas democráticas em torno dos sentidos da escola pública no Distrito Federal. Estudantes, profissionais da educação, famílias, entidades representativas, pesquisadores/as e movimentos sociais emergem como sujeitos que questionam, negociam ou enfrentam práticas autoritárias.

A própria constituição de um conjunto expressivo de pesquisas críticas sobre escolas cívico-militares já representa forma relevante de resistência intelectual e política. Ao deslocarem o debate do senso comum para o campo científico, os trabalhos analisados tornam visíveis contradições frequentemente obscurecidas pelo discurso oficial da ordem, da eficiência e da melhoria automática da qualidade escolar. Nesse sentido, a produção acadêmica opera como espaço de problematização pública e defesa da escola democrática.

No plano institucional, Barros (2022), ao discutir os desdobramentos da militarização na gestão democrática, explicita que a presença de estruturas hierarquizadas tensiona marcos legais historicamente conquistados pela educação pública brasileira. A defesa de conselhos escolares ativos, participação da comunidade, autonomia pedagógica e construção coletiva do

Projeto Político-Pedagógico configura, assim, forma concreta de resistência à centralização decisória.

Rocha (2022), ao analisar o conselho de classe em escola militarizada, também evidencia que instâncias colegiadas podem constituir espaços estratégicos de disputa. Mesmo submetidos a pressões disciplinares e verticalização organizacional, esses espaços preservam potencial democrático ao reunir diferentes sujeitos escolares para refletir sobre trajetórias estudantis, processos de ensino e critérios avaliativos.

No campo pedagógico, Sousa (2022) e Soares e Oliveira (2022), ao problematizarem avaliação em contextos militarizados, sugerem que resistir também significa defender concepções formativas de avaliação, centradas na aprendizagem e não apenas na responsabilização, no ranqueamento ou na conformação comportamental. A disputa pela avaliação é, portanto, também disputa sobre o projeto de escola.

As vozes estudantis assumem lugar central nesse debate. Santos (2023), ao investigar o que pensam os/as estudantes sobre escolas militarizadas do DF, rompe com leituras adultocêntricas e demonstra que juventudes escolares não ocupam posição passiva diante das normas impostas. Os estudantes interpretam criticamente o cotidiano, expressam incômodos, percebem contradições e elaboram juízos próprios sobre disciplina, liberdade e participação. A simples formulação crítica do título da dissertação já sinaliza esse protagonismo discente.

Em outra frente, Amaral destaca que a militarização das escolas públicas no Distrito Federal gerou críticas de intelectuais da educação e do sindicato docente, mobilizando resistências e expondo tensões sobre o papel social da escola pública. Tais reações demonstram que a implementação de modelos militarizados não ocorre em vazio político, mas em contexto de contestação social e jurídica.

Em escala nacional, Alves e Reis (2021) defendem, à luz da concepção freireana de gestão democrática, que a escola pública deve constituir espaço de formação humana crítica, libertadora, inclusiva e emancipatória. Ao afirmarem que a militarização ameaça autonomia pedagógica e participação docente, as autoras oferecem referencial teórico robusto para compreender a resistência como defesa ativa da democracia escolar.

Desse modo, o conjunto das produções analisadas permite afirmar que, no Distrito Federal, a militarização escolar produziu não apenas mecanismos de controle, mas também importantes processos de contestação e defesa da escola pública democrática. Onde se impõem hierarquias rígidas, emergem igualmente vozes que reivindicam participação, pluralidade e liberdade educativa.

Contradições jurídicas e pedagógicas

Um dos aspectos mais sensíveis identificados na produção analisada refere-se às tensões entre os princípios jurídicos que orientam a educação pública e determinadas práticas associadas à militarização escolar. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e assegura, entre seus princípios, igualdade de condições de acesso e permanência, liberdade de aprender e ensinar, pluralismo de ideias e gestão democrática. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) reafirma esses fundamentos ao prever participação da comunidade escolar, autonomia pedagógica e construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP).

No próprio âmbito das escolas cívico-militares do Distrito Federal, o Regimento Escolar dos Colégios Cívico-Militares (Distrito Federal, 2019) assegura aos estudantes dignidade, respeito à diversidade, acesso, permanência e participação nas atividades escolares. Entretanto, o Manual do Aluno do CCMDF (Distrito Federal, 2019) estabelece regras detalhadas de apresentação pessoal, envolvendo cabelos, barba, acessórios, maquiagem e outros aspectos da aparência. Essa coexistência evidencia uma das contradições centrais do modelo: enquanto os documentos afirmam princípios de diversidade e dignidade, determinadas normas ampliam a regulação institucional sobre os corpos e formas de expressão dos estudantes.

Essa tensão alcança também o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA (Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990), que assegura o direito à dignidade, ao respeito e à preservação da identidade. Quando a disciplina se traduz em controle da aparência, enquadramento comportamental ou constrangimentos relacionados às formas de expressão juvenil, podem surgir conflitos entre a regulamentação institucional e os direitos assegurados aos estudantes.

As pesquisas do corpus identificam essas contradições em diferentes dimensões. Barros (2022) e Rocha (2022) apontam tensões entre estruturas hierarquizadas e instâncias participativas da gestão escolar; Sousa (2022) e Soares e Oliveira (2022) demonstram que práticas avaliativas podem ser atravessadas por expectativas de conformidade e responsabilização; Santos (2023) registra, a partir das percepções estudantis, experiências de rigidez e restrição da liberdade; e Pimenta (2025) insere essas manifestações em processo mais amplo de militarização da gestão educacional e de fortalecimento de mecanismos disciplinares.

No plano pedagógico, tais resultados dialogam com Alves e Reis (2021), que, em perspectiva freireana, argumentam que a militarização pode ameaçar a gestão democrática, a autonomia pedagógica e a concepção da escola pública como espaço crítico, inclusivo e

emancipatório. Desse modo, as contradições identificadas não se limitam a divergências administrativas, mas revelam disputas entre distintas concepções de formação, autoridade e participação na escola pública.

A distância entre princípios normativos que asseguram pluralidade, dignidade e participação e práticas orientadas pela padronização, verticalização e controle constitui, portanto, uma das chaves para compreender os limites e as tensões do modelo cívico-militar no Distrito Federal.

Indicadores bibliográficos e síntese analítica da produção

A análise dos títulos, palavras-chave, objetos e categorias mobilizadas nas teses e dissertações evidencia a recorrência de termos como militarização, gestão democrática, avaliação, currículo, conselho de classe, estudantes, professores, política educacional e escola pública. O conjunto demonstra que a militarização é abordada como fenômeno político e educacional, relacionado à organização escolar, aos processos pedagógicos, à participação dos sujeitos e aos mecanismos de controle.

Quadro 1- Quadro síntese das pesquisas analisadas

Autor(a)	Ano	Tipo	Tema central	Categoria predominante
Gomes, Amaral Rodrigues	2021	Dissertação	Contradições legais e impactos educacionais	Legislação e gestão
Barros, Afrânio de Sousa	2022	Dissertação	Militarização e gestão democrática	Gestão escolar
Miranda, Edna Mara Corrêa	2022	Dissertação	Currículo em contexto militarizado	Currículo e organização
Sousa, Janyla Martins de	2022	Dissertação	Avaliação em escola cívico-militar	Avaliação
Rocha, Rhaíssa Sheri Freire de Souza	2022	Dissertação	Conselho de classe em escola militarizada	Participação
Santos, Mariana Teixeira dos	2023	Dissertação	Percepções estudantis sobre escolas militarizadas	Juventudes
Pimenta, Alexandre Marinho	2025	Tese	PECIM e militarização da política educacional	Política pública

A produção analisada concentra-se majoritariamente na Universidade de Brasília e privilegia abordagens qualitativas, com uso de estudos de caso, entrevistas, análise documental e escuta dos sujeitos escolares. Os trabalhos investigam principalmente gestão, avaliação, currículo, conselho de classe e experiências estudantis, predominando interpretações críticas acerca das tensões entre militarização, gestão democrática, autonomia pedagógica e controle disciplinar.

Persistem, contudo, lacunas relacionadas a estudos comparativos entre escolas

militarizadas e não militarizadas, pesquisas longitudinais sobre trajetórias estudantis, investigações sobre relações raciais, gênero e inclusão, além de análises quantitativas sobre os impactos educacionais do modelo. Também permanece necessária a investigação das permanências e reconfigurações da militarização no Distrito Federal após o enfraquecimento do PECIM em âmbito federal.

A escola pública em disputa: notas conclusivas

O Estado da Arte realizado a partir de teses e dissertações localizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES permitiu compreender que a produção acadêmica sobre escolas cívico-militares no Distrito Federal expressa, em diferentes níveis, uma disputa contemporânea em torno dos sentidos da escola pública. Mais do que registrar experiências administrativas específicas, os trabalhos analisados revelam embates acerca da gestão educacional, da autoridade pedagógica, da participação democrática e das finalidades sociais da educação.

Longe de confirmar interpretações simplificadoras que associam automaticamente militarização à melhoria da escola, o conjunto das produções examinadas aponta fenômeno marcado por contradições. Em diversos estudos, a presença de estruturas militarizadas repercute diretamente sobre a gestão escolar, tensionando princípios da autonomia pedagógica, da construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico e da gestão democrática historicamente defendida na educação pública brasileira. Nesse aspecto, os achados dialogam com Alves e Reis (2021), para quem a militarização representa retrocesso ao ameaçar a autonomia pedagógica e descaracterizar a escola pública como espaço crítico, inclusivo e emancipatório.

Também se observou que o discurso da disciplina, amplamente mobilizado como justificativa para o modelo cívico-militar, frequentemente se converte em práticas de controle do cotidiano escolar. Vigilância constante, padronização estética, centralidade das normas comportamentais e ampliação de mecanismos punitivos aparecem, nas pesquisas mapeadas, como traços recorrentes da experiência escolar militarizada. Nesse sentido, a ordem anunciada tende a apoiar-se menos em processos formativos dialógicos e mais em tecnologias institucionais de regulação dos corpos e condutas, como já sugerem os estudos sobre padronização estética e violência simbólica.

Entretanto, os trabalhos analisados demonstram igualmente que tais processos não se instauram sem contestação. Estudantes, profissionais da educação, famílias, entidades representativas e pesquisadores/as figuram como sujeitos de resistência e disputa em torno do significado da escola pública. Seja por meio de críticas explícitas, seja por práticas cotidianas

de defesa do diálogo, da pluralidade e da participação, emergem movimentos que reafirmam a educação como direito social e espaço democrático. A escuta dos estudantes realizada por Santos (2023) e as análises críticas de Barros (2022), Rocha (2022) e Pimenta (2025) ilustram esse movimento de contraposição às racionalidades autoritárias.

Do ponto de vista científico, o mapeamento evidenciou predominância de abordagens qualitativas e críticas, voltadas especialmente às dimensões internas da escola, como gestão, avaliação, conselho de classe, currículo e experiência estudantil. Permanecem, contudo, lacunas relevantes, sobretudo no que se refere a estudos comparativos entre modelos escolares, análises quantitativas de longo prazo e investigações que articulem militarização com raça, gênero, inclusão e desigualdades territoriais. As contradições jurídicas identificadas ao longo do artigo reforçam que o debate extrapola preferências administrativas. Quando documentos oficiais proclamam dignidade, diversidade e participação, mas práticas escolares tendem à coerção estética, à verticalização decisória e ao silenciamento estudantil, evidencia-se tensão entre o modelo militarizado e o projeto constitucional de educação pública inaugurado em 1988.

Conclui-se, portanto, que a militarização das escolas públicas no Distrito Federal ultrapassa o plano administrativo e constitui disputa mais ampla sobre projetos de sociedade e de educação. O que está em jogo não é apenas a adoção de determinado arranjo de gestão, mas a definição de qual escola pública se pretende construir: uma escola fundada na obediência e no controle, ou uma escola orientada pela democracia, pela pluralidade e pela formação crítica de seus sujeitos.

Referências

ALVES, Miriam Fábia; REIS, Lívia Cristina Ribeiro dos. Militarização de escolas públicas: reflexões à luz da concepção freireana de gestão democrática da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 37, n. 2, p. 810-831, maio/ago. 2021.

BARROS, Afrânio de Sousa. **Militarização de escola pública no Distrito Federal:** desdobramentos na gestão democrática. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2022.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

DIEHL, Jeber Luis. **As escolas cívico-militares: o conservadorismo de Estado na implementação e na militarização da educação básica no Paraná**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Regimento Escolar dos Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal.** Brasília, DF: SEEDF, 2019.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Manual do Aluno do Colégio Cívico-Militar do Distrito Federal**. Brasília, DF: SEEDF, 2019.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985**). 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOMES, Amaral Rodrigues. **Militarização de escolas públicas no Distrito Federal (2019-2020):** o que dizem os professores? Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2022.

MIRANDA, Edna Mara Corrêa. **Currículo das escolas militarizadas no Distrito Federal.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2022.

PIMENTA, Alexandre Marinho. **A militarização na Política Nacional de Educação Básica Pública e na gestão escolar:** o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (2019-2023). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2025.

ROCHA, Rhaíssa Sheri Freire de Souza. **Conselho de classe em escola militarizada do Distrito Federal.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2022.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SANTOS, Mariana Teixeira dos. **"Isso é presídio, moço!":** o que pensam os(as) estudantes sobre as escolas militarizadas do DF. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2023.

SOARES, Enílvia Rocha Morato; OLIVEIRA, Rose Meire da Silva e. Avaliação e militarização de escolas no Distrito Federal: relações e implicações. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 33, e07463, 2022. DOI: https://doi.org/10.18222/eae.v33.7463.

SOUSA, Janyla Martins de. **Avaliação em uma escola cívico-militar do Distrito Federal.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2022.